

3.1. RECURSOS HUMANOS

À data de 31 de Dezembro de 2001, o Tribunal dispunha de **18 Magistrados**, incluindo o Presidente (13 com formação base em Direito e 5 em Economia/Finanças), e de **575 funcionários em exercício de funções nos seus Serviços de Apoio** (497 na Sede, 38 na Secção Regional dos Açores e 40 na Secção Regional da Madeira). Destes, **175 integram o corpo especial de fiscalização e controlo**.

Dos 18 Magistrados, 16 exerciam funções na Sede (o Presidente, 3 que constituíam a 1ª Secção com competência relativa à fiscalização prévia e concomitante, 9 a 2ª Secção com competência relativa à fiscalização sucessiva e 3 a 3ª Secção com competência relativa à efectivação da responsabilidade financeira) e 1 em cada uma das Secções Regionais (SRs) dos Açores e da Madeira.

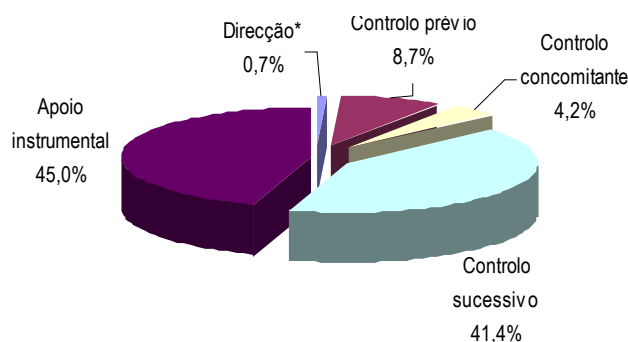
No triénio de 1999-2001 o número de efectivos diminuiu de ano para ano, como se pode ver no quadro seguinte, e a maior descida verificou-se em 2001, o que se deveu, essencialmente, às aposentações efectuadas ao abrigo do Decreto-Lei n.º 52/01, de 15 de Fevereiro (22 funcionários). Concomitantemente, foi reforçado o índice de tecnicidade, que se cifra em 71,6% (em 2000 era de 70,7%).

Evolução do n.º de efectivos dos Serviços de Apoio

	1999	2000	2001
Sede	547	525	497
Secção Regional dos Açores	44	44	38
Secção Regional da Madeira	41	41	40
Total	632	610	575

Dos 575 funcionários, 54% estavam afectos aos departamentos **operativos de controlo**, 45% exerciam funções nos departamentos de apoio instrumental e aproximadamente 1% funções de Direcção, conforme se evidência no gráfico seguinte.

Serviços de Apoio (Sede e SRs) – efectivos por áreas funcionais em 2001



* Director-Geral e Subdirectores-Gerais

A distribuição dos efectivos em exercício de funções pela Sede e Secções Regionais dos Açores (SRA) e da Madeira (SRM) e por áreas funcionais é a constante do quadro seguinte:

Áreas funcionais	Sede	SRA	SRM	Total
Direcção*	2	1	1	4
Controlo prévio	44	3	3	50
Controlo concomitante	22	**	2	24
Controlo sucessivo	203	20	15	238
Apoio instrumental	226	14	19	259
Total	497	38	40	575

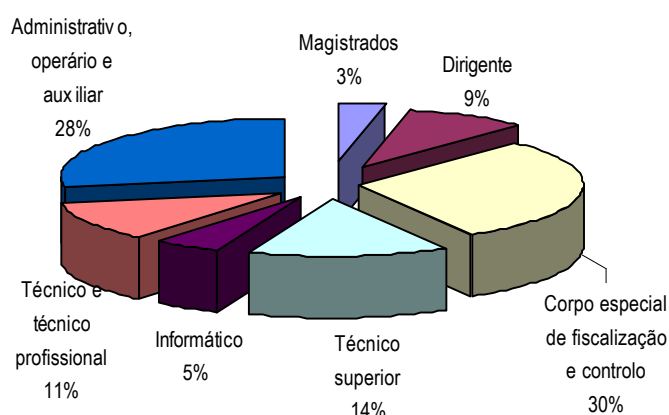
* Director-Geral e Subdirectores-Gerais;

** Esta actividade é desenvolvida pelos funcionários afectos ao controlo prévio e ao controlo sucessivo.

Em termos de grupos profissionais salienta-se que o **corpo especial de fiscalização e controlo** era, a 31 Dezembro, constituído por 42 auditores, 12 consultores, 71 técnicos verificadores superiores e 50 técnicos verificadores, excluindo os que estão a exercer funções em cargos dirigentes. A distribuição, em termos relativos, dos efectivos do Tribunal e Serviços de Apoio por grupos profissionais é a constante do gráfico seguinte.



Tribunal e Serviços de Apoio – efectivos por grupos profissionais



De referir ainda que sempre que a especificidade das auditorias aconselha assessoria especificamente qualificada se recorre à contratação de peritos externos, o que aconteceu em 2001, através da contratação de 3 peritos na área económica e de 1 na área de auditoria a sistemas de informação.

Em termos de **formação e desenvolvimento profissional**, no ano de 2001, realizaram-se um total de 67 acções internas (organizadas pelo Tribunal e realizadas nas suas instalações) e houve participação em 104 acções no exterior. Na totalidade das acções houve 1 205 participações correspondentes a 17 784 horas de formação, conforme se pode ver no quadro seguinte. Para as acções internas o Tribunal recorreu, na sua maioria, a formadores externos oriundos do meio universitário e a especialistas ligados a instituições de formação e de consultadoria.

Formação e desenvolvimento profissional em 2001 (Sede e SRs)

	Nº acções	Nº de participações	Horas de formação	Custo (Euros)
Interna	67	974	13 348	98 545
Externa	104	231	4 436	87 253
Total	171	1 205	17 784	185 798

Em relação ao ano de 2000, o número de acções, de participações e de horas de formação são inferiores em cerca de 30%.

A formação abrangeu acções distribuídas por diversas áreas: *Auditoria, Gestão e Contabilidade; Direito; Informação e Informática; Tribunal de Contas; União Europeia; Desenvolvimento Organizacional e Recursos Humanos.*



A solicitação de organismos públicos ou privados, os **funcionários do Tribunal** intervêm, ainda, como **formadores em acções de formação para o exterior**. Em 2001, houve 69 intervenções de funcionários do Tribunal como formadores em 52 acções de formação.

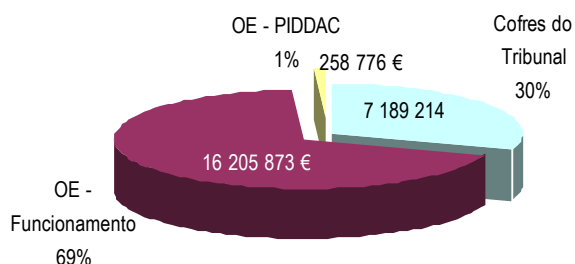


3.2. RECURSOS FINANCEIROS

Relativamente aos recursos financeiros, o Tribunal dispôs em 2001 de um orçamento global corrigido de 44 852 645 euros, financiado em 38% pelo Orçamento do Estado (16 952 899 €, nos quais se incluem 286 315 € inscritos em PIDDAC) e em 62% pelos Cofres do Tribunal (27 899 747 €).

Em termos de **despesa efectuada**, o seu montante elevou-se a **23 653 863 euros**, o que corresponde a um grau de execução de 53%, sendo *20 527 199 euros na Sede, 1 505 885 euros na Secção Regional dos Açores e 1 620 779 euros na Secção Regional da Madeira*. A estrutura da despesa por fontes de financiamento é a constante do gráfico seguinte, tendo 70% da mesma sido financiada pelo Orçamento do Estado e 30% pelos Cofres do Tribunal.

Despesa por fontes de financiamento



Da despesa realizada, a maior parcela é a relativa às **despesas com pessoal (79%)**, seguida das despesas com aquisição de bens e serviços correntes (13%) e das despesas de capital (7%). Estas despesas foram realizadas no âmbito do orçamento de funcionamento. No âmbito do PIDDAC (Programa de Investimentos e Despesas de Desenvolvimento da Administração Central) apenas foi executada 1% da despesa global (ver quadro seguinte).

Estrutura da despesa em 2001, por classificação económica

Classificação económica	Sede	SRA	SRM	(Em euros)	
				Total	
				Valor	%
<i>Orçamento de funcionamento</i>	20 268 423	1 505 885	1 620 779	23 395 087	99%
Despesas com pessoal	16 167 955	1 286 909	1 235 268	18 690 132	79%
Bens e serviços correntes	2 646 941	171 953	274 309	3 093 203	13%
Bens de capital	1 453 527	47 023	111 202	1 611 752	7%
<i>PIDDAC</i>	258 776	-	-	258 776	1%
Bens e serviços	258 776	-	-	258 776	1%
Total	20 527 199	1 505 885	1 620 779	23 653 863	100%

Por actividades a estrutura é a constante do quadro seguinte, destacando-se a actividade de *Desenvolvimento e Gestão de Recursos* com a maior parcela, o que se deve ao facto de à mesma terem sido imputadas todas as despesas comuns não directamente imputadas às restantes, nomeadamente os encargos com as instalações, as comunicações e os equipamentos, para além de ser a actividade a que está afecto o maior número de funcionários.

Segue-se-lhe a actividade de *Controlo Sucessivo*, actividade que em termos de funcionários afectos também surge em segundo lugar (são as despesas com pessoal o gasto de maior peso), com 37% da despesa.

Estrutura da despesa por actividades

Actividades	Sede	SRA	SRM	(Em euros)	
				Total	
				Valor	%
Controlo prévio	1 233 717	148 601	73 987	1 456 305	6%
Controlo concomitante	680 385		60 140	740 525	3%
Controlo sucessivo	7 414 810	816 939	496 099	8 727 848	37%
Efectivação de responsabilidades financeiras	345 378	-	50	345 428	1%
Relações externas	338 893	-	60 295	399 188	2%
Desenvolvimento e gestão de recursos	10 514 016	540 345	930 208	11 984 569	51%
Total	20 527 199	1 505 885	1 620 779	23 653 863	100%

No triénio de 1999/2001 a evolução da despesa foi a constante dos três quadros seguintes.



Evolução da despesa de 1999 a 2001, por classificação económica

Classificação económica da despesa	<i>(Em euros)</i>				
	1999	2000		2001	
	Montante	Montante	variação	Montante	variação
Despesas de pessoal	14 202 103	17 090 136	20%	18 690 132	9%
Bens e serviços correntes	2 611 781	2 970 527	14%	3 093 203	4%
Bens de capital	2 526 282	2 591 488	3%	1 611 752	-38%
Bens e serviços - PIDDAC		1 579 743		258 776	-84%
Total	19 340 165	24 231 894	25%	23 653 863	-2%

Em 2000 houve um acréscimo de 25% da despesa realizada em relação a 1999, o que se deveu essencialmente ao aumento dos gastos com pessoal (decorrente da reestruturação de carreiras efectuada nesse ano - Decreto-Lei n.º 440/99, de 2 de Novembro) e a uma verba de investimentos do Plano, destinada à aquisição das instalações do Tribunal na Madeira. Decorrente deste facto, a Secção Regional da Madeira apresenta nesse ano um grande aumento da despesa, como se pode ver no quadro seguinte. De 2000 para 2001, apesar de um aumento das despesas correntes, a despesa global decresceu de 2% devido à diminuição das despesas de capital, com inclusão das despesas no âmbito do PIDDAC.

Evolução da despesa de 1999 a 2001, por Sede e Secções Regionais

Sede/SRs	<i>(Em euros)</i>				
	1999	2000		2001	
	Montante	Montante	variação	Montante	variação
Sede	16 035 240	18 297 762	14%	20 527 199	12%
Secção Regional dos Açores	1 127 054	1 476 018	31%	1 505 885	2%
Secção Regional da Madeira	2 177 871	4 458 116	105%	1 620 779	-64%
Total	19 340 165	24 231 896	25%	23 653 863	-2%

Refira-se ainda que, a maior parte do aumento da despesa verificado em 2000 foi financiado pelo Orçamento do Estado, como se mostra no quadro seguinte, pois esse aumento decorre fundamentalmente do incremento das despesas com pessoal, como atrás já foi referido.

Evolução da despesa de 1999 a 2001, por fontes de financiamento

Fontes de financiamento	(Em euros)				
	1999	2000		2001	
	Montante	Montante	variação	Montante	variação
Cofres	6 739 413	7 404 326	10%	7 189 214	-3%
Orçamento do Estado*	12 600 752	16 827 571	34%	16 464 649	-2%
Total	19 340 165	24 231 896	25%	23 653 863	-2%
* Inclui Cap. 50º - PIDDAC					

3.3. OUTROS RECURSOS

Os **recursos informáticos** são hoje uma ferramenta imprescindível, pelo que praticamente todos os postos de trabalho se encontram informatizados e ligados à rede interna do Tribunal, com correio electrónico interno e externo. Cerca de 35% dos funcionários têm acesso directo à *Internet*.

Relativamente aos acessos ao *site do TC na Internet* (www.tcontas.pt), registou-se uma média de 910 pedidos atendidos por dia, com tendência a aumentar. Por *domínios da Internet*, a maior percentagem de acessos refere-se ao domínio **.pt** (*Portugal*), seguido de endereço numérico não conhecido, de **.com** (*comercial*), de **.br** (*Brasil*), **.es** (*Espanha*), de **.fr** (*França*) e **.it** (*Itália*).

O Tribunal dispõe ainda de uma *Intranet*, que é utilizada para disponibilizar internamente, a todos os seus funcionários, informação relativa à instituição e seus produtos, bem como outra informação de interesse para a instituição.





O ano de 2001 ficou marcado pelo arranque da rede de área alargada entre a Sede e as Secções Regionais, passando estes três pontos a dispor de uma infra-estrutura comum de comunicações que lhes permite unificar os sistemas de correio electrónico, a difusão e publicação de informação e as soluções aplicacionais.

Iniciou-se, ainda, o desenho de uma solução de vídeo-conferência, destinado não apenas a interligar a Sede e as Secções Regionais, mas também a interligar o próprio Tribunal a outros Tribunais.

As soluções aplicacionais de que o Tribunal dispõe, utilizadas no desenvolvimento das suas actividades (operativas e de apoio instrumental), são fundamentalmente as seguintes: **TCJURE**

(legislação, jurisprudência e doutrina do Tribunal), **GENT** (dossier electrónico de entidades) destinada a apoiar o trabalho de preparação de auditorias), **SIOSGE** (sistema de gestão da informação da Conta Geral do Estado), **GESPRO** (sistema de gestão processual das contas, emolumentos e processos da secretaria), **SIPAG** (sistema de informação de planeamento e acompanhamento de execução), **PATRIM** (sistema de gestão do património), **RECORTES** (gestão de recortes de imprensa digitalizados), **SIC** (sistema de informação contabilística) e **SRH** (sistema de informação de gestão de recursos humanos).

Em 2001 foi concluída uma nova aplicação de **gestão da formação**. Foram actualizadas cerca de 2 250 entidades no sistema (GENT), que integra actualmente cerca de 9 953 entidades.



Em termos de reequipamento e modernização do parque informático, prosseguiu-se com o reforço dos postos de trabalho móveis, a par da substituição de postos de secretária já obsoletos e do melhoramento de outros.

O Tribunal dispõe também de uma **Biblioteca, Centro de Documentação e Informação** que disponibiliza os recursos documentais e de informação necessários ao desenvolvimento das actividades do Tribunal e dos seus Serviços de Apoio, especializada em Finanças Públicas, Administração Pública, Direito Público, Economia e Gestão. A bibliografia e periódicos disponíveis constam das respectivas bases de dados, disponíveis para consulta.

Dispõe ainda de um sector de publicações que prepara e edita as publicações do Tribunal.

